



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 10.698, DE 2018 **(Da Sra. Clarissa Garotinho)**

Torna obrigatória a construção de oficinas de trabalho e módulos de educação em estabelecimentos penais e institui percentual mínimo de presos estudando ou trabalhando

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2618/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a construção de oficinas de trabalho e módulos de educação em estabelecimentos penais e institui percentual mínimo de presos estudando ou trabalhando.

Art. 2º As novas penitenciárias, estabelecimentos penais para idosos, casas de custódias ou congêneres e colônias agrícolas, industriais ou similares deverão possuir espaços destinados especificamente a oficinas de trabalho e módulos de educação.

§1º As oficinas de trabalho deverão ser espaços destinados ao ensino profissionalizante e a oferta de trabalho para o preso.

§2º Os módulos de educação deverão ser espaços destinados ao ensino formal, informal e profissionalizante e deverão conter minimamente:

I – sala de aula adaptada inclusive para a educação à distância;

II – biblioteca;

III – Sala de informática e/ ou novas tecnologias.

IV – Sala de professores

Art. 3º As penitenciárias, estabelecimentos penais para idosos, casas de custódias ou congêneres e colônias agrícolas, industriais ou similares já existentes terão o prazo de 5 (cinco) anos para se adaptar as regras estipuladas o art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único: Passado o período previsto no caput, qualquer reforma ou obra realizada nestes estabelecimentos deverá contemplar o estabelecido neste artigo.

Art. 4º Os serviços realizados dentro dos estabelecimentos penais e necessários ao seu funcionamento deverão, sempre que possível, utilizar mão de obra do preso.

Parágrafo Único: Os serviços de que trata o caput são de lavanderia, almoxarifado, cozinha, panificação, serviços gerais, elétrica, entre outros e deverão sempre ter caráter profissionalizante ou de serviço remunerado.

Art. 5º A união somente firmará convênio, contrato de repasse, ou qualquer outro tipo de acordo, com entes federativos, destinados às iniciativas de construção, ampliação ou reforma de estabelecimentos penais que observem o estabelecido nos artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 6º Fica alterado o §3º do art. 3º-A da Lei Complementar nº 79 de 07 de janeiro de 1994 que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º-A (...)

(...)

§3º (...)

(...)

V - Aprovação de relatório anual de gestão, o qual conterá dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, etnia, faixa etária, escolaridade, exercício de atividade de trabalho ou estudo, estabelecimento penal, motivo, regime e duração da prisão, entre outros a serem definidos em regulamento;

VII – Possuir, a partir do ano de 2025, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos presos trabalhando ou estudando. ” (NR)

Art. 7 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de execuções Penais prevê nos seus artigos 18 e 18-A a obrigatoriedade do oferecimento de ensino fundamental e médio para presos de todo o país. Já o artigo 41 garante ao preso o direito ao trabalho e sua remuneração.

Tanto a oferta de ensino quanto o incentivo ao trabalho devem fazer parte do processo de ressocialização do preso, preparando-o para sua reinserção à sociedade, criando maneiras para que ele possa diante da sua família e da comunidade se mostrar apto a convivência.

É inegável que o estudo e o trabalho possuem protagonismo na ressocialização do preso, além de tudo, trazem inúmeros benefícios, principalmente a conversão do tempo livre em crescimento profissional e pessoal, fazendo com que o preso adquira formação e quem sabe uma profissão, que será útil a si mesmo e até à sociedade.

Especialistas reconhecem que o acesso à educação e ao trabalho entre as pessoas presas são fundamentais para:

I - Cumprir o objetivo de ressocializar as pessoas condenadas à prisão, para que elas possam voltar à sociedade em melhores condições;

II - Prevenir a reincidência, uma vez que a formação profissional oferece mais e melhores alternativas de inserção social e de remuneração;

III - Diminuir as rebeliões dentro dos presídios ao promover atividades de interação e de reflexão que oferecem melhores perspectivas de futuro;

IV - Reduzir o tempo da pena cumprida dentro da cadeia com consequência para a diminuição da superlotação dos presídios.

Muitos presos inclusive desejam praticar atividades laborais enquanto cumprem a sentença. O médico e escritor Dráuzio Varella, em seu livro “Estação Carandiru”, retrata este desejo por oportunidade e a importância do trabalho na vida de um preso:

“Ao contrário do que se imagina, a maioria prefere cumprir pena trabalhando. Dizem que o tempo passa mais depressa, e à noite: Com o corpo cansado, a saudade espanta. Poderiam, também, aprender um ofício e voltar para casa com alguma perspectiva. Soltá-los mais pobres e ignorantes do que quando entraram não ajuda a reabilitá-los.”

Vale destacar que este também é um desejo da sociedade. Por diversas vezes já ouvi a seguinte frase: “preso tem mais é que trabalhar”.

Porém, o direito a educação e ao trabalho, garantidos pela LEP, estão longe de serem cumpridos pelo Estado. Dados do Infopen, sistema integrado de informação penitenciária, divulgados em dezembro de 2017, dão conta que no Brasil apenas 15% dos presos estudam e 12% trabalham.

A falta de ocupação é uma triste realidade do sistema penal brasileiro também destacada por Dráuzio Varella, da seguinte maneira:

“Como trabalho é privilégio para poucos, passam o dia encostados, contam mentiras nas rodinhas do pátio, levantam peso na academia, jogam capoeira no cinema, andam para baixo e para cima, inventam qualquer bobagem para se entreter e, principalmente, arrumam confusão.”

O Projeto apresentado pretende justamente garantir ao preso ensino e trabalho. Como estipulado pela Lei de Execuções penais é dever do preso trabalhar, mas como exigir trabalho do preso se nas unidades prisionais não existem oficinas de trabalho?

Com a aprovação desta proposta todos os novos estabelecimentos penais deverão ser construídos contendo salas de aula e espaços para a instalação de oficinas de trabalho. Para os estabelecimentos já construídos é oferecido o prazo de 5 (cinco) anos para sua adaptação as novas regras.

Dados apontam que 40% dos presídios brasileiros não possuem sequer uma sala de aula, 66% não possuem bibliotecas, 91% não possuem salas de informática e 82% não possuem espaços adequados para professores. No caso das oficinas de trabalho, 70% dos presídios não contam com este espaço.

O projeto também prevê a proibição de repasses do FUNPEN para unidades da federação que, no prazo de 5 anos, não alcancem o índice de pelo menos 75% da população carcerária, sob sua responsabilidade, trabalhando ou estudando.

O objetivo desta proposta é garantir aos presos direitos fundamentais, ao trabalho e ensino, previstos na constituição federal, na Lei de Execuções Penais e em acordos internacionais em que o Brasil é signatário, transformando as unidades prisionais em espaços mais humanizados e garantindo assim uma oportunidade maior de ressocialização.

Prova desta melhor ressocialização está exemplificada nas poucas unidades prisionais modelo existentes no Brasil. Uma destas unidades está localizada no paraná, em um antigo prédio reformado do complexo penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A unidade possui atualmente cerca de 240 presos que cumprem pena em regime fechado. L  todos os presos trabalham ou estudam.

Segundo o então diretor geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen-PR), Luiz Alberto Cartaxo Moura: “Essa unidade de progressão tem  ndice de reincidência criminal zero. O objetivo   que quem saia de l  saia preparado para o convívio social”.

Estou convicta de que a ressocializa o passa pelo trabalho e estudo. Certa de que este projeto contribui para que o Brasil caminhe na dire o da melhoria do seu sistema penitenciário solicito o apoio dos nobres colegas a aprova o da presente proposta.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 2018

Deputada CLARISSA GAROTINHO
PROS/RJ

LEGISLA O CITADA ANEXADA PELA

Coordena o de Organiza o da Informa o Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informa o Legislativa - SETIL

Se o de Legisla o Citada - SELEC

LEI COMPLEMENTAR N  79, DE 7 DE JANEIRO DE 1994

Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 3  Os recursos do FUNPEN serão aplicados em:

I - constru o, reforma, amplia o e aprimoramento de estabelecimentos penais;

II - manuten o dos serviços e realiza o de investimentos penitenciários, inclusive em informa o e segurança; [*\(Inciso com reda o dada pela Medida Provisória n  781, de 23/5/2017, convertida na Lei n  13.500, de 26/10/2017\)*](#)

III - forma o, aperfeiçoamento e especializa o do serviço penitenciário;

IV - aquisi o de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento e   segurança dos estabelecimentos penais; [*\(Inciso com*](#)

redação dada pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

V - implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso e do internado;

VI - formação educacional e cultural do preso e do internado;

VII - elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos, inclusive por meio da realização de cursos técnicos e profissionalizantes; (Inciso com redação dada pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

VIII - programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes;

IX - programa de assistência às vítimas de crime;

X - programa de assistência aos dependentes de presos e internados;

XI - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre matéria penal, penitenciária ou criminológica, realizados no Brasil ou no exterior;

XII - publicações e programas de pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica;

XIII - custos de sua própria gestão, excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos;

XIV - manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica; (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 119, de 19/10/2005)

XV - implantação e manutenção de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais, nos termos do § 2º do art. 83 e do art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal; (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 153, de 9/12/2015)

XVI - programas de alternativas penais à prisão com o intuito do cumprimento de penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade, executados diretamente ou mediante parcerias, inclusive por meio da viabilização de convênios e acordos de cooperação; e (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

XVII - financiamento e apoio a políticas e atividades preventivas, inclusive da inteligência policial, vocacionadas à redução da criminalidade e da população carcerária. (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

§ 1º Os recursos do Funpen poderão, ressalvado o disposto no art. 3º-A desta Lei, ser repassados mediante convênio, acordos ou ajustes que se enquadrem nas atividades previstas neste artigo. (Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

§ 2º (Revogado pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

§ 3º Os saldos verificados no final de cada exercício serão obrigatoriamente transferidos para crédito do FUNPEN no exercício seguinte.

§ 4º Os entes federados integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) que deixarem de fornecer ou atualizar seus dados no Sistema não poderão receber recursos do Funpen. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.681, de 4/7/2012, com redação dada pela Lei nº 13.675, de 11/6/2018, publicada no DOU de 12/6/2018, em vigor 30 dias após a publicação)

§ 5º No mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos do Funpen serão aplicados nas atividades previstas no inciso I do caput deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017)

§ 6º É vedado o contingenciamento de recursos do FUNPEN. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 7º A União deverá aplicar preferencialmente os recursos de que trata o § 5º deste artigo em estabelecimentos penais federais de âmbito regional. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

Art. 3º-A. A União deverá repassar aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a título de transferência obrigatória e independentemente de convênio ou instrumento congênere, os seguintes percentuais da dotação orçamentária do Funpen: [\(“Caput” do artigo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

I - até 31 de dezembro de 2017, até 75% (setenta e cinco por cento); [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

II - no exercício de 2018, até 45% (quarenta e cinco por cento); [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

III - no exercício de 2019, até 25% (vinte e cinco por cento); e [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

IV - nos exercícios subsequentes, 40% (quarenta por cento). [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 1º Os percentuais a que se referem os incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo serão auferidos excluindo as despesas de custeio e de investimento do Depen. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 2º Os repasses a que se refere o *caput* deste artigo serão aplicados nas atividades previstas no art. 3º desta Lei, no financiamento de programas para melhoria do sistema penitenciário nacional, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e no financiamento de programas destinados à reinserção social de presos, internados e egressos, ou de programas de alternativas penais, no caso dos Municípios. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 3º O repasse previsto no *caput* deste artigo fica condicionado, em cada ente federativo, à: [\(“Caput” do parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

I - existência de fundo penitenciário, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e de fundo específico, no caso dos Municípios; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

II - existência de órgão ou de entidade específica responsável pela gestão do fundo de que trata o inciso I deste parágrafo; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

III - apresentação de planos associados aos programas a que se refere o § 2º deste artigo, dos quais constarão a contrapartida do ente federativo, segundo critérios e condições definidos, quando exigidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

IV - habilitação do ente federativo nos programas instituídos; [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

V - aprovação de relatório anual de gestão, o qual conterá dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, etnia, faixa etária, escolaridade, exercício de atividade de trabalho, estabelecimento penal, motivo, regime e duração da prisão, entre outros a serem definidos em regulamento; e [\(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

VI - existência de conselhos estadual ou distrital penitenciários, de segurança pública, ou congênere, para apoio ao controle e à fiscalização da aplicação dos recursos do fundo de que trata o inciso I deste parágrafo, no caso dos Estados e do Distrito Federal. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 4º A não utilização dos recursos transferidos, nos prazos definidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, obrigará o ente federativo à devolução do saldo remanescente devidamente atualizado. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 5º Ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública poderá dispor sobre a prorrogação do prazo a que se refere o § 4º deste artigo. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 6º Os recursos financeiros transferidos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em conta bancária em instituição financeira oficial, conforme previsto em ato normativo do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 7º Os repasses serão partilhados conforme as seguintes regras: [\(“Caput” do parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

I - 90% (noventa por cento) dos recursos serão destinados aos fundos penitenciários dos Estados e do Distrito Federal, desta forma:

a) 30% (trinta por cento) distribuídos conforme as regras do Fundo de Participação dos Estados;

b) 30% (trinta por cento) distribuídos proporcionalmente à respectiva população carcerária; e

c) 30% (trinta por cento) distribuídos de forma igualitária; [\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

II - 10% (dez por cento) dos recursos serão destinados aos fundos específicos dos Municípios onde se encontrem estabelecimentos penais em sua área geográfica, distribuídos de forma igualitária. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

§ 8º A população carcerária de cada ente federativo previsto no § 7º deste artigo será apurada anualmente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

Art. 3º-B. Fica autorizada a transferência de recursos do Funpen à organização da sociedade civil que administre estabelecimento penal destinado a receber condenados a pena privativa de liberdade, observadas as vedações estabelecidas na legislação correlata, e desde que atenda aos seguintes requisitos:

I - apresentação de projeto aprovado pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas da unidade federativa em que desenvolverá suas atividades;

II - existência de cadastro no Depen e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) do governo federal;

III - habilitação no órgão competente da unidade federativa em que desenvolverá suas atividades, após aprovação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que atestará o cumprimento dos requisitos para recebimento de recursos;

IV - apresentação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública de relatório anual de gestão, de reincidência criminal e de outras informações solicitadas; e

V - prestação de contas ao Tribunal de Contas da unidade federativa em que desenvolverá suas atividades. [\(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 781, de 23/5/2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26/10/2017\)](#)

Art. 4º O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação desta Lei Complementar.

.....

.....

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO

.....

CAPÍTULO II DA ASSISTÊNCIA

.....

Seção V Da assistência educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. ([Artigo acrescido pela Lei nº 13.163, de 9/9/2015](#))

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

.....

CAPÍTULO IV DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

Seção II Dos Direitos

Art. 40. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41. Constituem direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
- II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III - previdência social;
- IV - constituição de pecúlio;
- V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- XI - chamamento nominal;
- XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
- XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e dos bons costumes.
- XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 10.713, de 13/8/2003\)](#)

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Art. 42. Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção.

FIM DO DOCUMENTO
